

Negociações trabalhistas ficam mais difíceis

Nas manifestações de hoje em Brasília, o desemprego é o destaque especial

Cândida Vieira*
de São Paulo

As carreatas organizadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que saíram de diversos pontos do País desde o dia 7, vão reunir-se hoje em Brasília, no estádio Mané Garrincha. Marcado inicialmente para pressionar o governo e os deputados federais contra o projeto da reforma da Previdência, em tramitação na Câmara dos Deputados, o encontro deverá transformar-se em um ato em defesa do emprego diante da alta das taxas de juros e do pacote fiscal baixado pelo governo.

“Vamos manter a manifestação contra a reforma da Previdência, mas sem dúvida a questão do emprego vai ganhar destaque especial diante das medidas adotadas pelo governo”, afirma João Felício, secretário nacional da CUT.

A preocupação das lideranças sindicais é com o desemprego, que deverá aumentar em consequência das medidas adotadas pelo governo, e com dificuldades maiores nas negociações de dissídios. Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, diz que as reações empresariais não são nada favoráveis.

Ele lembrou as demissões da Multibrás, de 500 trabalhadores, um dia depois da alta do juros. As montadoras, destacou, já estão reduzindo a jornada de trabalho e a Mercedes-Benz resolveu suspender contratações. Para Marinho, o início de 1998 deverá ser muito duro para os trabalhadores.

Diante das dificuldades, Marinho respirava aliviado pelo fato de a maioria dos acordos dos metalúrgicos ter sido fechada na sexta-feira. As montadoras deram um reajuste de 6%, praticamente o índice acumulado medido pelo Dieese de 6,45% de novembro de 1996 a 31 de outubro deste ano. Metade será paga em 5 de dezembro e o restante em 1º de março de 1998. Na área de autopeças – Grupo 5 – o reajuste é de 4% a partir de novembro. Já no segmento de máquinas – Grupo 8 – o aumento será de 5,04%, com 4% em novembro e 1% em 1º de maio. Os acordos abran-



Luiz Marinho

gem 93% dos 120 mil metalúrgicos do ABC. Faltam ainda negociações com o Grupo 10 (lâmpadas e estam-parias) e de fundição.

Também os metalúrgicos de São Paulo fecharam acordos. Heleno José Bezerra, secretário-geral do sindicato, diz que houve acordo com o segmento de máquinas, eletrodomésticos e não-ferrosos (Grupo 8). O reajuste será de 5,04%, com 4% em novembro e 1% em 1º de maio. Esse grupo representa 57% dos 300 mil metalúrgicos da base do sindicato.

Na área de autopeças, parafusos e forjarias – Grupo 3 – os metalúrgicos de São Paulo terão reajuste de 4% a partir de novembro. Haverá reunião com empresários do setor de lâmpadas esta semana e as negociações estão emperradas com o segmento de fundições.

Se os metalúrgicos conseguiram

fechar acordos, a situação entre os químicos está mais complicada. Também com data base em novembro, as negociações na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) foram interrompidas. Os químicos pediam 6% de reposição da inflação, mas os representantes das empresas ofereceram 3,7%. O Sindicato dos Químicos do ABC resolveu abrir negociações empresa por empresa, diz o presidente da entidade, Sérgio Novaes. Algumas empresas, diz ele, estão oferecendo 5% e outras abono.

Mais complicada ainda é a negociação dos petroleiros. A Federação Única dos Petroleiros protocolou segunda-feira junto à Petrobras um documento cobrando a retomada das negociações salariais, paralisadas há mais de uma semana. A alegação da empresa para terminar as discussões foi o fato de ter realizado dez reuniões e não ter avançado nada. Segundo o presidente da FUP, Antônio Carlos Spiz, a federação acredita que as reuniões serão retomadas.

A Petrobras oferece um reajuste de 3% e um abono no valor de um salário (já pago na semana passada). Os petroleiros querem reposição da inflação do Dieese (6,71% até setembro), mais 20% de aumento real.

Querem também a reintegração dos demitidos da greve de 1995.

Também prosseguem hoje as negociações entre o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo e o Sindigás, o sindicato patronal das distribuidoras de gás. Os trabalhadores, diz Manoel Bernardino de Souza, primeiro-secretário do sindicato, estão reivindicando 6% para repor a inflação.

A entidade já fez uma negociação separada com a Ultragás de reajuste de 3%. Segundo ele, a empresa negociou uma espécie de estabilidade provisória. Somente 1,5% dos 1.279 empregados poderão ser demitidos em um ano, contra 2% do ano passado.

* colaborou Alexandre Calais